

ÉTICA: A ESCOLHA DA MELHOR OPÇÃO*

*Os homens têm dignidade,
os outros seres têm preço.*

Immanuel Kant

PAULO ROBERTO RIBEIRO DA SILVA**
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN)

SUMÁRIO

Introdução
A escolha de um caminho
O surgimento da ética
Valores: a única certeza é a incerteza
As opções disponíveis e suas consequências
Considerações finais

INTRODUÇÃO

O Ser humano, por meio da sua racionalidade, busca consistentemente equacionar os seus problemas com rapidez, da melhor forma possível e com o menor dispêndio de energia. Isto é perfeitamente natural e aceitável, mormente nos contextos atuais que os envolvem – um mundo informatizado e globalizado.

Soluções que exigem longo tempo de maturação, mesmo que comprovadamente

eficazes, têm sido negligenciadas por outras *prêt-à-porter* disponíveis nas prateleiras e alardeadas como “grandes e inéditas soluções” para questões há muito analisadas e inequivocamente resolvidas. Entretanto, essas antigas soluções, notadamente quando se referem à avaliação moral de comportamentos, requerem transformações de dentro para fora em todos os personagens envolvidos, o que demanda um inenarrável esforço de mudança de atitude, o que não é simples.

* N.R.: Artigo publicado na *Revista de Villegagnon* nº 10/2015.

** Instrutor de Liderança e Ética Militar na Escola Naval.



Bifurcações duvidosas

A humanidade, no geral, não tem sido pródiga em gerar pessoas exemplares; no entanto, de tempos em tempos somos galardoados por alguns ícones que desmbram nossas vistas, tornando visível o que antes era velado e indecifrável. Esses modelos virtuosos têm propagado suas ideias muito mais pelos exemplos do que pelas palavras, o que gerou e ainda gera uma multidão de seguidores. Mas se conhecemos o caminho a percorrer para alcançar o nosso propósito, por que então buscamos atalhos que possivelmente nos conduzirão a bifurcações duvidosas? Por que permitimos que a teimosia e a insensatez tomem o lugar da previdência e da complacência?

A humanidade não tem sido pródiga em gerar pessoas exemplares... de tempos em tempos somos galardoados por alguns ícones que desmbram nossas vistas, tornando visível o que antes era velado e indecifrável

Esses questionamentos, todos eles, têm uma gênese comum – o comportamento humano. Entretanto, como compreender o agir do homem sem conhecê-lo, sem nos aprofundarmos no obscuro abismo que é a natureza humana? A maioria das teorias “motivacionais” ou, até mesmo, os atalhos milagrosos que propalam desvendar os segredos insondáveis da alma, ao começarem a analisar a questão, iniciam a montagem de seus argumentos pelos andares superiores, negligenciando o alicerce, o que compromete toda a bela estrutura idealizada, porque se funda sobre a areia cambiante, e não sobre a rocha firme.

Não resta dúvida de que conhecer a natureza humana é uma tarefa hercúlea, pois até hoje, mesmo após milênios de prospecção, somente temos arranhado o insondável universo humano. Apesar das limitadas progressões, creio que é neste filão que devemos persistir, caso desejemos encontrar as razões primeiras sobre as quais poderemos fundamentar algo consistente e confiável.

O que é o ser humano? O que o diferencia das outras criaturas? Somos de fato a “cereja do bolo” da criação, como afirma a *Bíblia Sagrada*? Ou simplesmente somos o resultado do acaso, de um jogo de dados? Se fomos Criados segundo a imagem e semelhança do nosso criador, por que agimos de forma tão condenável? Foi o pecado original, ou uma consequência contínua e deliberada de comportamentos reprováveis? São milhares de dúvidas a nos incomodar. Onde então buscar todas estas respostas? Será que o caminho está nos conhecimentos tecnológicos? Certamente não, senão já teríamos encontrado a solução ou alguns de seus indícios. A ciência, portanto, não será capaz de explicar, pois ao contido não é dado o direito de explicar o contentor.

Este trabalho almeja traçar, mesmo que de forma aparentemente ousada e/ou pretensiosa, um roteiro possível e, no meu entendimento, provável, que possa lançar luz sobre um tema (a ética) que tanto nos incomoda e sobre o qual as mentes mais privilegiadas ao longo dos tempos têm se debruçado.

Como afirmado anteriormente, o terreno por onde devemos trilhar é incerto e repleto de surpresas. Nesse emaranhado de possibilidades, temos que escolher, por questão de sentido, algo em que nossos pés trêmulos pelo encontro com o desconhecido possam se apoiar e prosseguir, e nisto reside a centralidade de nossas ansiedades.

Só nos resta, então, recorrer à filosofia, à religião ou à mitologia. Nestas áreas do conhecimento, o tubo de ensaio, as pipe-

tas, as fórmulas matemáticas e as certezas cedem lugar para a reflexão, o ensimesmar e as dúvidas; no entanto, estas aparentes vacilação e impotência geram a grandeza que permite ao ser humano alcançar o infinito, e desta jornada ao desconhecido é que convido vocês a participarem.

A ESCOLHA DE UM CAMINHO

A mitologia grega em especial alicerça algumas explicações que nos soam plausíveis, o que nos aproxima, a meu ver, mesmo que timidamente, dos fatos, da verdade, dessa verdade que talvez algum dia nos será revelada ou descoberta, dependendo da crença, ou não, dos envolvidos nesse processo.

Muitos poderão questionar que a busca de uma base de conhecimentos sólida jamais poderia se dar fora da ciência. É verdade! Contudo, enquanto não formos bafejados com este encontro mágico com o inquestionável, devemos, por questão de racionalidade, testar algumas hipóteses que possam sustentar nossos raciocínios, porque seria inaceitável a inação e a pura contemplação simplesmente por ausência de certezas. Afinal! Quem somos nós?

Segundo a cosmogonia grega, inicialmente o universo era o Kaos, simplesmente o deus Kaos; ou seja, o nada, o princípio. Num segundo momento, surgiram outras três divindades – Gaia (a Terra), Tártaro (a escuridão) e Eros (a energia que anima a vida); essa, portanto, foi a primeira geração de deuses.

Após essa geração pioneira, surgiu o deus Urano, que logo cobriu (copulou) Gaia. Esta relação se tornou tão intensa, incessante e sistemática que gerou inúmeros filhos (deuses), além de deixar Gaia profundamente desconfortável e contrariada. Na busca de uma solução para este estupro interminável, Gaia se aliou a alguns de seus filhos e arquitetou uma ação contra Urano (o insaciável), resultando na castração de

deste, o que o levou, num ato de fúria e dor, a se afastar abruptamente de Gaia e a subir, formando o céu e, naturalmente, um espaço entre os dois.

A criação desse espaço fez surgir o deus Cronos (o tempo), que, se sentindo ameaçado pelos seus próprios filhos, os quais naturalmente o substituiriam em algum momento futuro, decidiu comê-los preventivamente. Gaia e seus filhos, na ânsia de apaziguar o apetite voraz de Cronos, lhe davam inclusive pedras para iludi-lo. Não esqueçamos que o tempo tudo consome, inclusive as coisas inanimadas. Dentre os filhos de Gaia existia um especial, Zeus, que era o predileto e foi protegido por Gaia para sobreviver e tentar interromper esse desígnio terrível. Ele realmente sobreviveu a Cronos e acabou por derrotá-lo, abrindo seu estômago e libertando seus irmãos que haviam sido devorados. Não esqueçamos que nesta etapa do universo todos eram deuses e, portanto, imortais.

Zeus ainda não estava satisfeito. O universo ainda era regido por Kaos e, dessa forma, permanecia desordenado e evidentemente caótico. Na tentativa de interromper esta situação, Zeus aliou-se a outros deuses e articulou a derrubada de Kaos, o que de fato aconteceu, sendo assim estabelecida a ordem (cosmo) no universo.

Essa situação agora rigidamente ordenada era desejável; entretanto, deixava Zeus e os demais deuses melancólicos e entediados, tendo em vista que tudo era muito previsível e não havia surpresas nem novidades. Era como se tudo e todos agissem como robôs. Nada fugia ao planejado. Zeus maquinou, então, a criação de seres que não fossem eternos – seres mortais. Seres que nasceriam e morreriam, o que certamente traria alguma diversão ao monótono mesmismo da eternidade até então vigente.

Para a execução dessa tarefa, designou os gêmeos Epimeteu e Prometeu, deuses

de “segunda categoria”. Epimeteu, que era rápido no agir e lento no pensar, imediatamente se voluntariou para criar os animais, enquanto a Prometeu restaram as incumbências de supervisionar os trabalhos de Epimeteu e criar o homem.

O processo criativo se iniciou com Epimeteu distribuindo os atributos aos animais, os capacitando a sobreviverem não só às agruras do ambiente, como também aos outros animais. A uns dotou de tamanho avantajado; a outros, de velocidade; alguns possuíam carapaça; outros ainda uma pelagem protetora. Enfim, após terminar sua empreitada Epimeteu se deu conta de que havia distribuído todos os atributos disponíveis aos animais, não restando nada para Prometeu oferecer ao homem.

Prometeu, que pensava antes de agir, desesperado com o triste destino reservado aos homens, resolveu furtar do palácio de Atena a astúcia (inteligência) – um atributo divino – e atribuí-lo ao homem como alternativa para suplantar todas as vicissitudes e tribulações que deveria enfrentar em seu breve período de vida.

Foram então criados os mortais. Os animais, pela diligência de Epimeteu, nasciam prontos, tudo já lhes havia sido dado, sua natureza (instinto) era capaz de fornecer todas as respostas para qualquer situação. Eles não precisavam refletir, pensar, improvisar e arriscar, deviam somente seguir inexoravelmente o seu destino animalesco para viverem; portanto, eles não precisariam escolher entre várias opções. O seu cardápio de comportamentos já estava definido e só lhes restava uma única opção – seguir o seu instinto.

Ao homem, no entanto, devido à sua incompletude, só lhe cabia buscar desesperadamente, por meio de seu livre arbítrio, de sua liberdade, os atributos que não lhe foram concedidos pela imprevidência de Epimeteu. O homem se via obrigado a exceder sua

natureza (Merleau-Ponty, 1995), pois sua vida era complexa demais e sua natureza pobre demais. Rousseau (1989) afirmava peremptoriamente que a vontade humana fala ainda, quando a natureza se cala. O professor Clóvis de Barros Filho (2014) sublinha este aspecto quando diz que para o homem a indeterminação instintiva só será compensada pela deliberação intelectual.

O SURGIMENTO DA ÉTICA

Depreendemos deste sobrevoos pela mitologia grega que o homem é a única criatura com opções, com liberdade, com necessidade de se esforçar para buscar as alternativas que lhe convêm, para viver e viver com qualidade, com felicidade.

Se ao homem não for dado o direito de escolher entre modos diversos de agir, ele perderá o único caminho para sua essência e viverá do único modo que poderá viver – instintivamente, como os animais. Por isso a liberdade é tão cara, inegociável mesmo, aos humanos. Entretanto, ao escolhermos, passamos a ser responsáveis por nossas escolhas, o que requer, portanto, racionalidade para avaliarmos os desdobramentos dos nossos atos, e por nossa emoção, para nos humanizarmos e sermos capazes de ser o Outro, enquanto o Eu se mortifica.

Escolher é identificar a alternativa de maior valor, mas para quem? Para nós? Para a nossa família? Para a nossa instituição? Para o País? Depende de cada um de nós! Contudo, não podemos nos esquecer de que o Eu não é modelo. A nossa luta é

contra nós mesmos, para reduzir o egoísmo, a prepotência e a soberba, e, então, nos aapequenarmos para termos condições de enxergar as nossas carências e buscarmos minimizá-las.

O processo de escolha é demasiado complexo, basta vermos suas consequências. Normalmente não as compreendemos em sua plenitude, pois, quando nos defrontamos com alternativas claramente distintas em termos de valor (a boa e a ruim), isto não pressupõe uma escolha na verdadeira acepção da palavra, porque não gera incerteza, haja vista a obviedade existente. No entanto, a verdadeira escolha, a que

gera angústia, se dá quando as alternativas são equivalentes (boa e boa; ou ruim e ruim). E isto é demasiado corriqueiro, pontua assiduamente o nosso viver, gerando incertezas e crises.

O ser humano se digladiava com suas dúvidas nesse emaranhado de opções a que foi conduzido pela carência endêmica de

A nossa luta é contra nós mesmos, para reduzir o egoísmo, a prepotência e a soberba. A verdadeira escolha, a que gera angústia, se dá quando as alternativas são equivalentes

atributos que não lhe foram conferidos pela incompetência de Epimeteu e pela falta de diligência de Prometeu. E nesse cipoal de possibilidades ele tem que decidir ou se omitir, deixando aos outros as rédeas do seu destino.

Quando exerce sua liberdade e por fim opta por uma linha de ação, além de se comprometer com suas consequências, fica também responsável pelas inúmeras opções descartadas e que também poderiam ter sido escolhidas e não o foram, e neste processo é gerado desconforto, arrependimento, angústia e, finalmente, todas as demais anomalias decorrentes.

Neste momento surge a ética – que é a escolha da opção de maior valor. Se não houvesse uma variedade de formas de procedimento possíveis de escolha, não existiria ética, porque estaríamos atados a um único modo de ser. Devido a isto é que não faz sentido falarmos de ética alienada do homem, que lhe dá vida e sentido. Não existe, portanto, ética de mico-leão-dourado, nem ética de nada que não seja humano.

Outro aspecto relevante é a variedade de possibilidades que nos é oferecida. A vida sem grandes alternativas e pobre em variedades de modos de viver gera menos incertezas e dúvidas entre as poucas maneiras disponibilizadas, o que de certa forma reduz as angústias;

no entanto, a vida complexa dos grandes centros urbanos, onde quase tudo é colocado diante das pessoas, arrastando-as ao consumismo e ao materialismo, nos

deixa hesitantes e frágeis. Edgar Morin (2005) dizia que quanto maiores as contradições e o cardápio de opções, maior será a complexidade ética envolvida.

Se a ética é a escolha da opção de maior valor, que valor seria esse? Será que existe um valor ou valores universalmente aceitos, servindo de “régua de aferição” que parametrize a opção selecionada? Depende. Na realidade, a ética está atrelada à referência, à solução-padrão, a valores, e daí advêm as inúmeras éticas; ou seja, a ética não é um valor em si mesma, e sim um processo de escolha por meio de valores. Este entendimento é basilar para que possamos prosseguir desbravando este tema. Para adotarmos um comportamento ético, devemos selecioná-lo dentre tantos outros com base em valores. O que então são estes valores?

VALORES: A ÚNICA CERTEZA É A INCERTEZA

Os valores dependem, significativamente, dos pressupostos metafísicos dos autores. Os idealistas tendem para a defesa da existência de alguns valores absolutos, já os autores positivistas defendem a opinião de que esses valores não existem. Entre os defensores da axiologia absolutista encontramos Max Scheler (1874–1928, filósofo alemão conhecido por seu trabalho sobre fenomenologia, ética e antropologia filosófica), Quintana Cabanas e Nicolai Hartmann (1882–1950, filósofo alemão), enquanto no bastião relativista

destacam-se Piaget (1896–1980, epistemólogo suíço, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX), Kohlberg (1927–1987, psicólogo discípulo de Piaget) e Habermas

(filósofo e sociólogo nascido em 1929, na Alemanha, participante da tradição da teoria crítica e do pragmatismo). É evidente que entre uma e outra posição é possível encontrar algumas variantes, como a de Adela Cortina, mas todas elas têm como ponto de partida a busca de uma definição sobre o que é um valor.

Quintana Cabanas (1995), pedagogo e filósofo espanhol, entende que um valor é a qualidade abstrata e secundária de um objeto, estado ou situação que, ao satisfazer uma necessidade de um sujeito, suscita nele interesse ou aversão por essa qualidade. O valor reside no objeto; mas sem o interesse de um sujeito, o objeto deixaria de ter valor.

O homem vivifica os valores por meio de suas necessidades: umas são racionais e outras sensitivas. Aos valores que nascem das necessidades humanas racionais, cha-

A ética não é um valor em si mesma, e sim um processo de escolha através de valores

mamos de valores racionais. Àqueles que surgem das necessidades humanas sensitivas, denominamos valores vitais. Só os primeiros podem aspirar à universalidade, os demais são produto dos contextos e das condições. São, portanto, relativos.

Como o ser humano capta os valores? Quintana Cabanas (1995) afirma que é por meio da inteligência e do sentimento, defendendo o modelo da educação de caráter que destaca o uso não só da cognição, mas também das emoções; ou seja, da inteligência cognitiva e da inteligência emocional.

Max Scheler e Nicolai Hartmann (1941), defensores do modelo da clarificação dos valores, magnificam a importância da inteligência emocional, não negando a importância do sujeito cognoscitivo, mas considerando que os valores se captam somente pelo sentimento.

Por outro lado, Piaget e Kohlberg (1981), inspirados na teoria da comunidade justa, entendem que o desenvolvimento cognitivo desempenha um papel preponderante.

Existe uma escala de valores ou todos são equivalentes? Os autores que estabelecem uma distinção entre os valores racionais e os valores sensitivos costumam defender a existência de uma escala de valores, na qual os primeiros precedem os segundos. Os autores positivistas tendem a negar a existência de uma escala de valores, afirmando que os valores não passam de preferências.

Dentre as inúmeras escalas de valores, destacamos a Platônica, em que o bem é o valor supremo. Destacamos ainda a Aristotélica, perfeitamente caracterizada na *Ética a Nicômaco*, que prioriza os valores que são dignos da felicidade, depois os que são dignos de admiração, em seguida os que são dignos de amor e, finalmente, o honorável, o belo e tudo o que não é mau. Mais modernamente, Max Scheler (1945) divide os valores em sensíveis e espirituais.

Os sensíveis incluem os hedonísticos e os vitais. Os espirituais incluem, por ordem crescente de importância, os estéticos, os éticos, os lógicos e os religiosos.

Enfim, os valores são absolutos ou relativos? A resposta a esta questão suscita enormes consequências tanto nos juízos como na conduta humana. Se os valores são relativos, nada nos resta fazer, estamos limitados apenas a conceder a máxima liberdade a todos, para que sejam estabelecidas as preferências individuais. O modelo da clarificação de valores baseia-se neste argumento. Por outro lado, se há valores absolutos, ou seja, se a sua justificação é universal, não podemos abandonar os mais jovens a uma mera estimativa espontânea, devendo, pelo contrário, ensiná-los a valorar corretamente e a respeitar a hierarquia de valores.

A crítica que os autores absolutistas fazem às abordagens cognitivistas é que a reflexão não é suficiente para educar o caráter das novas gerações, pois o saber não garante o fazer. O hábito é considerado bem mais importante. Ramiro Marques (2003) afirma: “Ora, o hábito não se molda pela reflexão, mas sim pela prática, pelo treino e pelo contato com bons exemplos”. Quintana Cabanas (1998) parte da necessidade de construir um meio termo entre duas antinomias básicas: a educação moral como produto do saber e da reflexão, e também como produto do treino e do hábito.

Consciente de que as maiores limitações dos modelos contemporâneos da educação moral, em particular do modelo da clarificação de valores e do modelo cognitivista de Kohlberg (1981), residem no fato de terem optado apenas por uma das dimensões do desenvolvimento moral, no primeiro caso, a dimensão afetiva e, no segundo caso, a dimensão cognitiva, Quintana Cabanas (1998) opta por apresentar e justificar uma teoria da educação moral integral, capaz

de incluir todos os domínios, todos os âmbitos e todos os níveis da moralidade e da ética. No que diz respeito aos âmbitos, esse autor acentua a necessidade de a educação valorizar, igualmente, a razão, as emoções e a vontade, ou seja, o domínio cognitivo, o afetivo e o volitivo.

A seleção das estratégias a serem adotadas para o desenvolvimento moral de uma sociedade está condicionada ao nível de educação moral que se pretende atingir. Para uma ética mínima, ou seja, uma ética apenas preocupada com o cumprimento das leis, com o objetivo de evitar a punição, com o cumprimento dos contratos e com o respeito pelas normas de convivência social, basta o uso dos métodos dialógicos, baseados na discussão de dilemas, tomada de papéis e clarificação de valores e dos métodos diretos, alicerçados na exortação e na exposição.

Para uma ética média, ou seja, preocupada com a decência, os bons costumes, o respeito dos deveres, o cumprimento das obrigações e a equidade e reciprocidade no tratamento com os outros, Quintana Cabanas (1995) recomenda o uso de métodos indiretos, baseados no exemplo dos tutores.

Para uma ética máxima, ou seja, uma ética que vai para além da justiça e que incorpora a benevolência, o sacrifício e o amor, o autor recomenda a leitura e a discussão das grandes narrativas morais, as reveladas e as outras, a utilização da estratégia do testemunho e o contato com modelos.

Atualmente já podemos constatar um relativo consenso começando a se concretizar, mormente nos meios menos reacionários, afirmando que estes valores se referem às virtudes. Mas quais virtudes, já que são várias e muitas delas até mesmo contraditórias? Depende das vivências pessoais consolidadas pelos hábitos. Caberá às pessoas, portanto, dirimirem essas contradições à luz do seu caráter, fundamentado

nos bons hábitos. Aristóteles (1995) não cansava de enfatizar que o hábito era uma segunda natureza, uma nova oportunidade para aqueles que não foram bafejados pela sorte de nascerem virtuosos.

Dessa forma, somos levados a concluir que o viver ético é demasiado complexo e aparentemente inalcançável, pois pressupõe optar por virtudes, e este processo seletivo nos posiciona diante de contradições. Por exemplo: ensinamos nossos filhos a serem solidários e ajudarem o seu semelhante; contudo, simultaneamente, os alertamos para também desconfiarem de pessoas estranhas, porque não conhecemos a índole de cada um. Fazer o quê? Confiar ou desconfiar? Beaudrillard nos afirma que a revolução contemporânea é da incerteza. Este é o grande dilema.

A angústia é, inegavelmente, a nossa companheira de viagem. É o preço a pagar pela liberdade a que estamos condenados, para que possamos viver com qualidade e dignidade junto às pessoas, gerando uma espiral de felicidade, senão de menos angústia, pautando nossos comportamentos por virtudes consensualmente aceitas e interiorizadas.

AS OPÇÕES DISPONÍVEIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Aprofundando a questão, nos defrontamos com a pensadora espanhola Adela Cortina (2009), que apresenta em seus estudos axiológicos uma visão da evolução moral da sociedade, em que o aprimoramento valorativo se dá por estágios. Em um primeiro momento, institui-se uma única referência moral, o monismo moral, que só se torna exequível em sociedades totalmente homogêneas, o que é uma utopia, ou em sociedades nas quais um código moral é imposto a todos, como é usual nos sistemas totalitários – nazismo, franquismo,

stalinismo etc. Esta unicidade moral tem vida curta, não consegue se manter por longos períodos, alija a participação cidadã, não suportando crítica, o que agrega desconforto, desmotivação, apatia e revolta, coisificando seus cidadãos.

Por outro lado, quando se supera a ditadura moral do monismo, nos vemos diante de três situações distintas, a saber: o vazio moral, o politeísmo moral e o pluralismo moral.

A euforia advinda da liberação dos grilhões do monismo moral normalmente lança a sociedade não para a liberdade sadia e responsável, mas para a libertinagem, a ausência de referências morais, a liberdade ao infinito, ao “tudo é possível” e, evidentemente, ao caos, o que é impraticável, haja vista a racionalidade humana, que naturalmente, e até mesmo espontaneamente, irá refutá-la por instinto de sobrevivência, pois é impossível viver com um mínimo de dignidade em um ambiente sem normas (ver experimentos de Sherif sobre normalização – 1936).

Cortina (2009) prossegue afirmando que posteriormente, após o monismo moral, as pessoas se individualizam moralmente, cada uma elegendo sua própria hierarquia de valores e nela se apegando por fé, sem argumentos que a sustentem logicamente, em que cada um adora seu deus, aceita suas referências valorativas e é impossível encontrar razões que as possam levar a um consenso argumentado, a um acordo intersubjetivo.

Tendo em vista os momentos difíceis do monismo moral, muitos de nós podemos inadvertidamente almejar esse “*laissez-faire*” moral disponibilizado pelo politeísmo moral; contudo, quando as referências são plurais, chegando ao infinito, perdem

sua essência e tudo se torna viável, tudo é tolerado, o que nos parece moderno e liberal. Entretanto, o viver nessa situação é impraticável e intolerável porque comporta como aceitável o inaceitável, o falso como verdadeiro e o imoral e o antiético como naturais, distorcendo e violentando até mesmo a insuficiente natureza humana que nos foi dada como pronta. Recordemos Epimeteu e Prometeu: qualquer semelhança com a sociedade em que vivemos não é pura coincidência.

Por fim, Cortina (2009) chega ao pluralismo moral que suplanta todas as articulações morais anteriores, pois opta pelo diálogo, pela razão e pela crítica saudável que cada grupo pode oferecer e receber dos demais. Nesta interação entre as diversas formas de pensar os valores, naturalmente somos levados a buscar um consenso

lógico sobre algumas coincidências, mesmo que mínimas, para o estabelecimento de uma base firme sobre a qual possamos erigir algo maior e desejável.

Essa autora entende que estes mínimos consensuais denominados “mínimos de justiça” (liberdade, igualdade, respeito, diálogo etc.) não devem ser opcionais, e sim mandatórios. Esta imposição advém da compreensão mútua e racional de sua essencialidade. Por outro lado, o homem anseia pela felicidade, pela vida boa e prazerosa, ou seja, deseja mais do que o mínimo. Esta carência incontestemente em direção a um máximo, que diverge sensivelmente de uns indivíduos para outros, dificultando sua universalidade, gera ainda mais incógnitas, agregando dificuldades adicionais. Desta forma, a pensadora valenciana, além de identificar os modos éticos, os individualiza e simultaneamente os compreende como

É impossível viver com um mínimo de dignidade em um ambiente sem normas

complementares e factíveis, a despeito de não omitir suas especificidades.

Cortina (2009) assevera também que essa ética de mínimos, a ser exigida e imposta, contrasta com a de máximos, que deverá ser oferecida, gerando um convite para sua aceitação, o que permitiria uma adesão democrática e, portanto, respeitosa quanto às pluralidades morais vigentes.

É fundamental destacar que o atingimento dos mínimos não significa imobilismo, nem conformação, mas tão-somente um passo adiante na perseguição de outros ganhos em direção aos máximos, que talvez sejam objetivamente inatingíveis, dada a multiplicidade de concepções de felicidade existentes, porém que nos servirão de alvos, iluminando o nosso caminhar em direção a um estágio cada vez mais digno de vida.

A despeito da constatação realista das dificuldades envolvidas neste processo valorativo, podemos identificar com relativo orgulho e nenhuma veleidade

que algumas instituições ainda persistem tenazmente lutando para salvaguardar suas referências morais a “sete chaves”.

Na Marinha do Brasil, por exemplo, temos esses valores basilares que pautam nossos comportamentos, permitindo um viver ético saudável, claramente definidos por meio da Rosa das Virtudes – um diagrama no formato da rosa dos ventos, em que as principais virtudes marinheiras são registradas, transmitidas e assumidas conscientemente por todo o seu pessoal por meio de gerações, facilitando selecionar, dentre as opções comportamentais disponíveis, aquelas virtuosas, gerando menos dúvidas e angústias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem, incompleto por formação devido à imprevidência de um negligente Epimeteu, persegue com enormes sacrifícios, nesta trajetória terrena, os atributos que lhe faltam para ter uma vida mais longa e digna. Este embate com as agruras do caminho e dos relacionamentos com os outros com quem interage exige um esforço único, que o obriga constantemente a decidir por uma das inúmeras opções disponíveis.

O aumento desmesurado de possibilidades, aliado à ausência de referências claras e objetivas, lançam o homem num turbilhão de incertezas, de depressão e angústias. Esse processo seletivo frequente e intenso

pressupõe a existência de uma referência, pois como adotar o melhor comportamento sem avaliá-lo e compará-lo a algo que nos parece sólido, ou menos fluido? Nesta ocasião surge a perplexidade, pois inexoravelmente somos responsáveis pelas consequências de

nossos atos; e não só por isso, mas também pelos arrependimentos e remorsos do abandono das infinitas opções que foram deixadas de lado e poderiam alterar a situação na qual estamos hoje envolvidos.

O cardápio de valores disponíveis é extenso, porém, dependendo da corrente de pensamento adotada, estes podem ser apenas opções personalizadas, setorizadas e temporais, não possuindo a rigidez necessária para servir de balizamento avaliativo; ou, por outro lado, pode ser compreendido como algo que possui perenidade e, portanto, pode e deve balizar o comportamento humano.

O idealista Quintana Cabanas (1995) defende a existência de alguns valores

**Na Marinha do Brasil
temos esses valores
basilares que pautam
nossos comportamentos,
permitindo um viver ético
saudável**

absolutos que podem servir de referência no processo decisório humano. Entende, ainda, que o desenvolvimento moral deve acontecer não só pela racionalidade, mas também pela emoção; ou seja, não basta eleger valores e disponibilizá-los, o importante é que, agregado a isto, o hábito deva ser desenvolvido pelo exemplo de um viver cotidiano pautado em boas e virtuosas ações.

Adela Cortina (2009), em seus estudos axiológicos, nos apresenta um quadro evolutivo do desenvolvimento moral de uma sociedade, iniciando com a situação em que uma única referência moral é adotada, o monismo moral, o que é extremamente danoso por ser utópico e apor-

tar a semente do totalitarismo; em seguida, com a liberação dos grillhões de uma única opção, surge espontaneamente o politeísmo moral, quando as pessoas, inebriadas pela falsa liberdade plena, lançam-se num comportamento em que tudo é permitido e nada impede ou restringe os seus modos liberais de ser e, finalmente, com o amadurecimento gerado pelas tribulações da liberalidade anterior e a conclusão racional de que a liberdade desenfreada é inalcançável, as pessoas são conduzidas ao pluralismo moral, situação na qual o diálogo é priorizado e um consenso é alcançado.

Nesse cenário não nos é permitido estar apenas em um estado de hesitação e con-

templação. Devemos demarcar com brevidade e exatidão os limites do permitido, não só para evitarmos o extravasamento, mas também, sobretudo, para nos protegermos da contaminação exógena que dia após dia se fortalece, forçando mais e mais nossas já frágeis resistências morais.

Se não nos é dada a possibilidade de erigir uma ética robusta (ética média ou máxima de Quintana ou ética máxima de Adela Cortina), lutemos para tornar inegociável a manutenção de uma ética mínima que seja capaz de manter a salvo a dignidade humana e, principalmente, a esperança de uma evolução moral futura que se acheque cada vez mais ao ainda tão sonhado e utópico mundo solidá-

Se não nos é dada a possibilidade de erigir uma ética robusta, lutemos para tornar inegociável a manutenção de uma ética mínima que seja capaz de manter a salvo a dignidade humana e a esperança de uma evolução moral futura

rio e pacífico.

Em nossa instituição, somos atingidos pelas mesmas intempéries que a todos assolam. Hesitações, dúvidas e incertezas sempre nos acompanham. O cuidado em ter o nosso agir pautado dentro de rígidos parâmetros éticos não nos permite negligenciar; para tanto, não é suficiente apenas estabelecer as virtudes a perseguir, como o fizemos por meio da Rosa das Virtudes, mas, sobretudo, assumir o firme propósito em transmitir continuamente pelo exemplo os modos corretos de comportamento, que naturalmente, pela sua permanência, serão incorporados/internalizados e acabarão gerando hábitos virtuosos.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<VALORES>; Ética; Exemplo; Comportamento;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. A Ética. Trad. Pedro Cássio M. Fonseca. Bauru/SP: Epicuro, 1995.
- BARROS FILHO. Clóvis de. *A natureza humana: Mitologia grega e Sartre*. Publicado em fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nfVg_gwotA>. Acesso em: 01 jun. 2015.
- BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis*. São Paulo: Ediouro, 1965.
- CABANAS, Jose Maria Quintana. *Pedagogia moral: el desarrollo moral integral*. Madrid: Dykinson, 1995.
- _____. *Pedagogia axiológica: la educación ante los valores*. Madrid: Dykinson, 1998.
- CORTINA, Adela. *Ética mínima*. São Paulo: Martins Editora, 2009.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. tradução de Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- KOHLBERG, L. *The Philosophy of Moral Development*. San Francisco. Harper and Row, 1981.
- MARQUES, Ramiro. *O livro das virtudes de sempre-ética para professores*. São Paulo: Landy, 2003.
- _____. *Valores éticos e cidadania na escola*. Lisboa: Ed. Presença, 2000.
- MENARD, Pierre. *Mitologia grega e romana*. São Paulo: Fittipaldi Editores Ltda., 1991. três volumes.
- MERLEAU-PONTY, M. *La Nature*. Notes de cours du Collège de France. Paris: Seuil, 1995.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005. 120 p.
- _____. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Ed. UNB – Brasília/DF; Editora Ática – São Paulo/SP – 1989.
- SCHELER, Max. El Formalismo en la Ética e la Ética Material de los Valores – Tomo I. Madrid: *Revista de Occidente*, 1941.
- SHERIF, Muzafer. *The Psychology of Social Norms*. Nova Iorque: Harper Books, 1936.